

OFERTA EDUCACIONAL E DESIGUALDADES EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO TOCANTINS-BRASIL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Juciley Silva Evangelista Freire
UFT/Brasil – jucy@uft.edu.br

Introdução

As desigualdades estruturais da sociedade brasileira foram ainda mais evidenciadas no contexto conjuntural da pandemia da Covid-19 e afetou diversas dimensões da vida da maioria da população brasileira: renda, emprego, saúde, educação, convivência comunitária, social etc. No que concerne às particularidades da educação, as históricas desigualdades no acesso ao conhecimento e à escola pelas camadas mais pobres da população foram reforçadas pelas dificuldades na garantia do direito à educação no período de isolamento social, sobretudo entre os grupos socioeconomicamente menos favorecidos e pertencentes a grupos étnico-raciais vulneráveis. Esses grupos são os que não têm garantidas, em sua vida cotidiana, as condições de acesso aos bens materiais, culturais e tecnológicos da sociedade contemporânea.

O presente trabalho objetiva analisar as condições da oferta educacional dos sistemas e redes municipais de educação do Tocantins, durante a Pandemia de Covid-19, para a garantia do direito à educação dos estudantes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, nos anos de 2020 e 2021, destacando-se as desigualdades educacionais.

Este estudo, de caráter exploratório, utilizou-se da pesquisa documental a partir dos dados do Diagnóstico Situacional e Pedagógico, realizado pela Rede Colaboração Tocantins (RCT)¹, no âmbito do seu projeto de formação continuada de professores e gestores municipais de educação, desenvolvido nos anos de 2020 e 2021. Os dados foram coletados no período de abril e maio de 2021, por meio de formulário *Google Forms*, respondido por 6.651 professores das escolas municipais de educação de 135 municípios do estado do Tocantins conveniados com a RCT, estas distribuídas em 13 regionais de ensino, sendo elas: Araguaína, Araguatins, Arraias, Colinas, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Miracema, Palmas, Paraíso, Pedro Afonso, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Neste resumo, são apresentados, a partir da abordagem histórico-crítica sobre as desigualdades educacionais (SAVIANI, 2020), os dados organizados em duas categorias: a)

¹ Trata-se de uma Rede de Colaboração Técnica Especializada criada em 2020, composta por entidades e instituições de interesse público, como a universidade Federal do Tocantins (UFT), Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE-TO), Tribunal de Contas do estado do Tocantins (TCE-TO), Associação de Tocantinense de Municípios (ATM), com o objetivo de as redes e os sistemas municipais de educação/ensino do Estado do Tocantins no enfrentamento da crise educacional ocasionada pela Covid-19.

Oferta e estratégias didático-pedagógicas adotadas; b) Recursos metodológicos e tecnológicos utilizados.

Condições da oferta educacional e desigualdades durante a pandemia nos municípios tocantinenses

Os sujeitos respondentes do Diagnóstico RCT são, em sua maioria, professoras do sexo feminino (89%, 5.920), concursadas, na faixa etária entre 36 a 50 anos, com nível superior (licenciatura), predominando a formação em Pedagogia e Normal Superior – uma parte considerável com pós-graduação em nível de especialização. São professoras com mais de 10 anos de magistério na educação infantil e/ou nos anos iniciais do ensino fundamental urbano.

No que concerne à localização territorial das escolas pesquisadas, mais de 60% situam-se em área urbana central, 22% são na área urbana periférica e 16,7% estão na área rural. Tem-se, ainda, 38 escolas, 0,6%, situadas em comunidades quilombolas e apenas 2 em território indígena. Trata-se, portanto, de um cenário diverso e heterogêneo, pois tem-se aí desde a realidade escolar e professores(as) que vivem em médios centros urbanos, como a capital Palmas e Araguaína, até pequenas cidades com menos de 5.000 (cinco mil) habitantes e territórios rurais.

a) Oferta e estratégias didático-pedagógicas adotadas

A partir das medidas preventivas tomadas pelo governo estadual para o enfretamento da propagação do Corona Vírus, como a suspensão das “atividades educacionais em estabelecimentos de ensino com sede no Estado do Tocantins” (TOCANTINS, 2020, p.2), os sistemas educacionais buscaram alternativas didático-pedagógicas e metodológicas para manutenção das atividades escolares.

Segundo dados do Diagnóstico, a maioria das escolas municipais retomaram suas atividades de forma remota ao longo do ano de 2020, muitas tendo iniciado ainda no mês de março, sobretudo nas regionais em que se encontram os municípios mais populosos e de maior renda *per capita*, com sistemas/redes municipais de educação com maiores disposição de recursos técnicos e profissionais mais qualificados, como Palmas, Araguaína e Porto Nacional. Contudo, dentro destas Regionais, há enormes desigualdades sociais e educacionais entre seus municípios, observando-se um número significativo de municípios cujo início das atividades remotas deu-se nos meses de maio e junho de 2020 e municípios que só iniciaram em julho, agosto, setembro, inclusive na Regional de Palmas; e outros que somente retomaram em outubro, novembro e dezembro. Há, ainda, sinalização de municípios em que as aulas não foram

retomadas no ano de 2020, em quase todas as regionais, com exceção de Colinas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Com o início da vacinação contra Covid-19 da população brasileira em janeiro de 2021, observou-se a existência de escolas, nas Regionais de Araguaína e Porto Nacional, em que os/as professores/as indicam terem iniciado o ano letivo de 2021 com aulas de modo presencial, e aquelas que ainda não haviam iniciado (em abril/maio), nem mesmo no formato remoto. Pelos dados coletados, mais de 90% das escolas municipais em Tocantins permaneciam, no primeiro semestre do referido ano, com as atividades pedagógicas ainda de forma remota.

b) Recursos metodológicos e tecnológicos utilizados

Os dados revelam que nas escolas, urbanas ou rurais, o recurso às apostilas de atividades impressas encaminhadas às famílias dos alunos foi predominante (90%), em alguns casos acompanhado da transmissão de atividades e interação em grupos de *WhatsApp* (34,8%). O uso das plataformas digitais de videoconferência ou de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), como *Classroom* ou *Moodle*, foram pouco frequentes, na ordem de 1,4% cada. Também foi rara, menos de 1%, a utilização do YouTube para aulas ao vivo e de canais fechados de Televisão para transmissão de atividades gravadas.

A adoção predominante do apostilamento impresso deu-se devido à grande maioria dos alunos (83,7%) e dos professores (46,3%) não possuírem as tecnologias digitais necessárias ao desenvolvimento do ensino remoto digital, ou seja, um computador/laptop/tablet com conexão de internet. Isto porque algumas escolas e secretarias municipais de educação não disponibilizaram recursos para a elaboração e execução das aulas remotas; quando muito possibilitaram apenas conexão com internet Wi-Fi, ou computador desktop com conexão via cabo na escola. Apenas 13% dos/as professores/as de nossa amostra disseram que a escola disponibilizou laptop/notebook ou tablet com internet Wi-Fi e 6% das professoras/es não tiveram acesso a nenhum destes recursos.

Considerações Finais

O cenário apontado pelos respondentes do Diagnóstico Situacional e Pedagógico da RCT revelou as desigualdades na oferta educacional dos municípios tocantinenses. Houve enormes disparidades no início da oferta de atividades letivas não presenciais ao longo do ano de 2020, com municípios que após as suspensões destas no mês de março só conseguiram retomar, por meio de atividades remotas, nos meses de maio e junho; outros, em outubro ainda não tinham conseguido fazer nenhum tipo de oferta educacional – ocorrência registrada na maioria das regionais de ensino, com exceção de Colinas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Nesse contexto, a principal estratégia adotada para o ensino remoto, por 90% dos municípios tocantinenses, foi a atividade impressa, encaminhada às famílias para que os estudantes realizassem seus estudos em casa. O recurso às apostilas de atividades impressas foi predominante tanto nas escolas urbanas quanto rurais, em alguns casos acompanhado da transmissão de atividades e interação em grupos de *WhatsApp*. Enquanto as plataformas digitais de videoconferência, ambientes virtuais de aprendizagem e canais fechados de Televisão foram pouco ou raramente utilizados. Isto ocorreu porque mais de oitenta por cento dos alunos e quase 50% dos professores não possuíam acesso às tecnologias digitais da informação e comunicação, computador com acesso à internet.

Infere-se, portanto, que a oferta educacional durante o período pandêmico nos municípios tocantinenses foi precária, desigual e pouco efetiva em termos de ensino e aprendizagem. O envio de atividades impressas às crianças da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, contando apenas com a orientação e acompanhamento de familiares para sua realização – estes, na maioria das situações sem conhecimento, preparo técnico-pedagógico, recursos tecnológicos apropriados e sem as condições de tempo e espaços para tal – apontam para uma negação do direito à educação das crianças num tempo relativamente longo de dois anos, com consequências graves para os resultados educacionais do Tocantins, sobretudo para aqueles estudantes em situação de pobreza, com menos recursos e capital cultural.

Referências

BRASIL. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. **Diário Oficial da União**, Edição nº 83, de 04/05/2020, Seção 1, p. 63. Brasília: CNE, 2020.

FERREIRA, Rogério Castro; NUNES, Elaine Aires. **Relatório do Diagnóstico Situacional e Pedagógico**. Palmas-TO: RCT, outubro de 2021. Disponível em https://drive.google.com/drive/folders/1-fczT6YoL9bQGSHFIZ28rfV_UAKpf3ys

RCT – Rede ColaborAção Tocantins. **Diagnóstico Situacional e Pedagógico**. Palmas: RCT, 2021.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavirus e educação – o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 10, p. 01-25, 2020.

TOCANTINS. Governo do Estado. Decretos Nº 6.070 e Nº 6.071, de 18 de Março de 2020. **Diário Oficial nº 5.566**. Ano XXXII - Estado do Tocantins, quarta-feira, 18 de março de 2020. Disponível em <https://central.to.gov.br/download/209846>. Acesso em: 19 abr. 2022.